

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

AS RELAÇÕES CONSTRUÍDAS PELOS EGRESSOS ENTRE AS RACIONALIDADES E A EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA EM ADMINISTRAÇÃO DO SUL DE MINAS GERAIS

Aline Lourenço de Oliveira¹

Resumo

Este estudo foi motivado pelo interesse em conhecer o que tem orientado as escolhas pelo curso de Administração a ponto de torná-lo um dos mais procurados por quem deseja dar continuidade aos seus estudos na educação superior. Isto foi analisado a partir das percepções de egressos sobre a sua escolha acadêmica, opção que leva em conta que estes são sujeitos de pesquisa pouco contemplados nos trabalhos da área de Ensino e Pesquisa em Administração. Além disso, considerou-se a expressividade que as IES privadas possuem na educação superior brasileira e mineira na oferta de cursos de Administração. Sendo assim, o objetivo do trabalho foi compreender como a racionalidade é contemplada nas percepções dos egressos sobre a educação superior, o que foi analisado tendo-se como referência o conceito de racionalidade de Ramos (1989). Realizou-se uma pesquisa qualitativa por meio de grupos focais com egressos de cinco IES do sul de Minas Gerais. Os dados foram analisados com base na análise de conteúdo. As análises demonstraram que tanto a racionalidade substantiva como a instrumental permearam as considerações dos egressos quanto à decisão por uma formação em Administração. A racionalidade substantiva foi demarcada pela importância atribuída por eles à autorrealização e à instrumental pela presença do cálculo utilitário nas ponderações sobre o curso. Entretanto, observou-se que houve uma supervalorização das questões instrumentais e isso refletiu de modo conturbado sobre os egressos, gerando insatisfações com o curso e frustrações com a profissão. Acredita-se que este estudo tem contribuições teóricas a medida que relaciona conceitos como racionalidades às discussões sobre educação. E que as evidências empíricas podem ajudar na ampliação dos conceitos abordados e integrar o debate nacional sobre os cursos de Administração, pois traz dados e análises importantes para a compreensão do atual contexto

Palavras-chave: Educação Superior. Racionalidade. Egressos. Administração

1. Introdução

O imaginário brasileiro parece ser envolvido por uma ideia comum de que o diploma é um símbolo de prestígio, ascensão socioeconômica e intelectualidade. A cultura popular, frequentemente, ressalta a diferença entre o “doutor” que se formou na faculdade e o

¹ aoliveirah@gmail.com

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

“indivíduo simples”, do campo ou da cidade, que mesmo sem comparado nível de estudo, consegue se sustentar e se sentir autorrealizado. Por exemplo, no poema O Vaqueiro¹, Patativa do Assaré diz o seguinte: “eu nasci pra sê vaquêro, sou o mais feliz brasileiro, eu não invejo dinheiro, nem diploma de dotô. Sei que dotô tem riqueza, é tratado na fineza, faz figura de grandeza, tem carta e tem anelão, tem casa branca jeitosa e ôtas coisa preciosa”. A concepção contida neste trecho do poema corresponde às diferenças (econômicas, sociais e políticas) percebidas entre o trabalhador com formação acadêmica, ou seja, o “doutor”, indivíduo que tem diploma acadêmico e o trabalhador com pouco ou nenhum estudo formal. Destaca-se, também, a valorização atribuída ao trabalho dito “intelectual” em detrimento do trabalho braçal, que, além de exigir maior esforço físico, em condições de trabalho mais rudes, recebe uma remuneração inferior.

Esta forma de pensar tem feito muitas pessoas procurarem a formação acadêmica com a expectativa de “melhorar de vida” ou, de pelo menos, manter o mesmo nível social. A perspectiva é que com o diploma torne o emprego formal, com salários diferenciados, mais acessível. Assim, espera-se ter acesso a bens de consumo, como também se deseja alcançar importância e influência social na comunidade em que se está inserido.

Esta forma de se comportar relaciona-se ao que Ramos(1989) chama de racionalidade instrumental. Como racionalidade, entende-se as premissas tomadas como verdadeiras e que desencadeiam o pensamento lógico que estimula a ação. Sua dimensão instrumental trata das questões práticas e objetivas da vida e almeja os resultados sem questionar como se chega a eles. Por outro lado, reconhece-se que vida humana é orientada também pela racionalidade substantiva, que por sua vez, envolve a análise dos meios utilizados nas ações, pois pauta-se por valores sociais. Sendo assim, acredita-se que quem busca a educação superior também está influenciado por crenças no saber, no aprendizado e no desenvolvimento humano. Deste modo, reconhece-se que as duas formas se complementam, uma vez que toda ação almeja resultados objetivos e, da mesma forma, envolve valores .

A educação superior em Administração é um dos cursos mais procurados do Brasil. No ano de 2012, o número de matrículas tanto presenciais como na educação à distância, na área de Ciências Sociais, Negócios e Direito foi de 2.390.652, o que representa 41,6% do total nacional (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP, 2012a). Neste mesmo ano, 176.254 estudantes de administração se inscreveram para realizarem o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e o estado de Minas Gerais se destacou em número de inscritos (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2012b).

Devido ao grande interesse que o curso de Administração desperta nas pessoas que buscam a educação superior torna-se importante **entender as relações construídas pelos egressos entre as racionalidades e a educação superior em Administração**. Sendo assim, este é o objetivo deste trabalho, no qual realizou-se uma pesquisa qualitativa, cuja estratégia utilizada foi o grupo focal. Os sujeitos da pesquisa foram egressos dos cursos de bacharelado em Administração de cinco IES privadas das cidades mineiras de Alfenas, Campo Belo, Lavras, Perdões e Varginha.

Escolheu-se este caminho metodológico por compreender que dados relevantes e diferenciados poderiam surgir não só da narrativa das experiências individuais, mas,

¹ O vaqueiro é um poema de Patativa do Assaré, publicado no livro Cante lá que eu canto cá: filosofia de um trovador nordestino, em 2011, pela editora Vozes, sendo esta a 17ª edição da obra.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

principalmente, da reconstrução das percepções por meio do compartilhamento das experiências dos outros (SCHRÖEDER; KLERING, 2009; MELO; ARAÚJO, 2010; SERVO; ARAÚJO, 2012). Ou seja, no momento em que um egresso ouve a fala do outro, ele tem a oportunidade de complementar, questionar, concordar ou discordar do que é dito e, assim, criando um momento importante para o pesquisador explorar novos repertórios com relação ao tema de pesquisa.

2. A Educação Superior Privada em Administração no Brasil

O contexto deste trabalho é o da educação superior privada de Administração no Brasil. No âmbito nacional, as IES privadas corresponderam a 87,4% das 2.416 IES participantes do Censo da Educação Superior de 2012 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2014). Na educação em Administração correspondem a 87,3 % dos cursos nacionais, das quais, no sudeste, concentram-se 44,8% deste percentual (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2012a). Estes dados reforçam a significativa presença das IES privadas no setor educacional e sua importância na formação acadêmica dos estudantes de Administração brasileiros.

Este atual cenário da educação superior privada brasileira se delineou baseado na expansão da educação superior que aconteceu entre os anos de 1960 e 1970. Ao buscar atender a demanda por profissionais qualificados, que pudessem trabalhar na indústria que crescia nesta época, houve a rápida aprovação de novos cursos em IES privadas e surgiram programas de financiamento estudantil (NUNES, 2007).

Estas foram estratégias utilizadas pelo governo brasileiro, para ampliar as vagas na educação superior, sem realizar um investimento significativo. Em consonância ao projeto desenvolvimentista que orientava as políticas públicas nacionais neste período, fortalece-se o argumento da necessidade de democratizar a educação superior no Brasil. Entretanto, segundo a análise de Martins (2009), houve apenas a ampliação de vagas, por meio do setor privado, com acesso, ainda, restrito a uma pequena parcela da população com idade de 18 a 24 anos, deixando, ainda, à margem da educação superior, a maior parte da população.

Este modelo de expansão levou a uma dissociação entre a educação e a pesquisa, pois as faculdades isoladas e particulares, em geral, encontram dificuldades em desenvolverem investigações científicas e concentram-se no ensino. Complementa esta conjuntura a falta no país de docentes preparados para o magistério do terceiro grau, uma vez que, tradicionalmente, nunca houve programas efetivos de formação docente (OLIVEIRA; SAUERBRONN, 2007).

A década seguinte, referente aos anos de 1980, foi um período difícil para o Brasil, com crises econômicas, alta inflação e a incerteza que envolvia o futuro do país. Silva (2001) chega a tratar este período como a década perdida, pois houve uma estagnação muito grande em diversos setores nacionais. A partir de 1990, algumas mudanças aconteceram em decorrência de pressões exercidas por documentos divulgados pelo Banco Mundial (BM) quanto à educação superior no mundo. Os debates suscitados por estes documentos influenciaram as ações dos governos no mundo todo e, no Brasil, repercutiram nas políticas educacionais dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, o que resultou no projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e mais um conjunto de

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

leis, decretos e medidas provisórias que, entre outros temas, incentivavam a vinculação da educação superior às instituições privadas (LIMA, 2011).

Este histórico ajuda a explicar a amplitude das vagas na educação superior privada e estimula a análise das consequências deste tipo de expansão. Em especial, na formação de administradores, as IES privadas têm uma enorme participação. Em 2011, estas instituições colaboraram para que 41,6% das matrículas fossem da área de Ciências Sociais, Negócios e Direito. Das IES que ofertam cursos desta área, a maioria (355) é pequena, em média com dois cursos. Elas empregam 60,1% dos professores, sendo estes mestres e especialistas que trabalham, predominantemente, como horistas (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2013). Por estas razões, as IES privadas se tornam importantes para a compreensão do atual cenário da educação em Administração e do desempenho dos egressos no exercício profissional.

Além disso, um contingente tão significativo de cursos, estudantes e formandos fazem emergir questionamentos sobre o tipo de formação que os estudantes de Administração estão recebendo. Historicamente, os cursos têm apresentado um resultado mediano nas avaliações da educação superior realizadas pelo MEC. Como observaram Nicolini, Andrade e Tores (2013) ao analisarem os resultados do Exame Nacional de Avaliação do Desempenho de Estudante (ENADE)¹ de 2009 que há muitas IES públicas e privadas (universidades, centros acadêmicos e faculdades) que não atingem o referencial de qualidade mínimo apontado pelo INEP. Dados mais recentes, relacionados ao ENADE de 2012, indicaram que o Conceito Preliminar de Cursos (CPC)² das escolas de Administração apresentou conceito médio de 3 (numa escala de “1” – pior a “5” – melhor) (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2012c).

Estes dados evidenciam que a expansão quantitativa não tem sido acompanhada de um alto nível educacional em termos qualitativos. Os estudantes não têm se destacado no ENADE e as IES, também, não têm oferecido cursos com diferencial suficiente para impulsionar a formação acadêmica desta profissão no país.

Reconhece-se que, para a abertura de cursos de Administração, as exigências são mínimas, quando comparadas com cursos de Medicina e Engenharia, o que facilita a sua implantação em unidades educacionais pequenas. Muitas vezes, nestas instituições, as bibliotecas são insuficientes, os laboratórios e os espaços de atividades de pesquisa e de extensão são reduzidos, os professores possuem baixa titulação e não têm dedicação integral àquela unidade e aos seus estudantes. Estas condições têm garantido a expansão dos cursos, mas também os têm mantido em uma faixa de desempenho questionável. Não significa dizer que as grandes IES possuem condições educacionais muito melhores, na realidade, as IES por todo o país, independente do seu porte, enfrentam dificuldades para realizar adequadamente suas atividades.

Esta situação afeta a entrada dos formandos no mercado de trabalho, seu futuro desempenho profissional e a valorização da profissão. Lemos e Pinto (2008), ao estudarem a

¹ O Exame Nacional de Avaliação do Desempenho de Estudante (ENADE) é aplicado periodicamente pelo Ministério da Educação (MEC) desde 2004 aos estudantes da educação superior. O objetivo é avaliar os resultados de aprendizagem dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos e suas competências para compreender temas ligados à realidade brasileira e mundial e de outras áreas de conhecimento.

² O Conceito Preliminar de Cursos (CPC) envolve a média de diferentes medidas da qualidade de um curso, que são: o Conceito Enade (que mede o desempenho dos concluintes e dos ingressantes), o Conceito IDD (Indicadores de Diferença entre os Desempenhos Observados e Esperados); e, as variáveis de insumo (corpo docente, infraestrutura e programa pedagógico). A avaliação do CPC resulta em faixas de classificação dos cursos de 1 a 5.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

empregabilidade dos administradores, questionam se as IES estão, realmente, preparando para as demandas reais da sociedade contemporânea. Eles corroboram com Silva (2007) no entendimento de que as alterações que muitas IES fizeram nos currículos foram superficiais, apenas para atender a legislação, sem considerarem a inserção regional dos cursos.

A formação massificada e em larga escala da Administração tem levado pesquisadores como Nicolini (2003) e Alcadipani (2011) a compararem os cursos a linhas de produção. Diante dos questionamentos sobre a qualidade da educação e da pesquisa, perguntarem sobre o futuro desta área da ciência no Brasil. A preocupação recai, principalmente, sobre o tipo de profissional que está sendo formado pelos cursos do país. As considerações sobre o assunto são sempre inquietantes, pois alertam para uma anunciada perda de compromisso com a sociedade brasileira, reflexo de políticas educacionais descomprometidas com o desenvolvimento humano e científico e que provocam um esvaziamento do sentido de educação.

3. Reflexões sobre a Educação Superior

A educação contemporânea ocidental tem sua fundamentação nas reflexões gregas e, em especial, no pensamento de Platão, que contribui, significativamente, para a construção do ideal educativo. Para ele, a educação deve ser responsabilidade do Estado e primar pela formação do cidadão. Isto significa que a educação tem o compromisso de auxiliar na formação do ser humano para participar ativamente dos interesses públicos, tendo como referência princípios de justiça.

A sociedade de mercado, no entanto, conferiu à educação outra função, que é preparar a força de trabalho necessária para a industrialização e para a manutenção do sistema capitalista. Desta forma, a educação tem se afastado do seu compromisso com a sociedade, de formação de cidadãos, e assumido a responsabilidade com a instrução técnica, a competência individual e a instrumentalização econômica (DIAS SOBRINHO, 2012; GOERGEN, 2013).

Neste sentido, Zabala (1988, p. 27) analisa que a sociedade atribui à educação a incumbência de “selecionar os melhores em relação à sua capacidade para seguir uma carreira universitária ou para obter qualquer outro título de prestígio reconhecido”. Esta é uma condição de diferenciação e segregação, uma vez que a educação não é oferecida a todos de forma igual. No Brasil, por exemplo, 8,5% da população com idade de 15 anos ou mais são analfabetos, o que corresponde a 13,3 milhões de brasileiros (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).

Observa-se, assim, que há uma separação entre quem usufrui de sistemas de ensino melhores e piores. De modo geral, as pessoas com maior poder econômico têm uma melhor formação na educação básica privada e conseguem estudar nas melhores universidades, que, em muitos casos, são as públicas. Enquanto as pessoas de classes sociais mais baixas, que estudam na rede pública de ensino básico, encontram maiores dificuldades de acesso às IES de reconhecido prestígio educacional.

Deste modo, ao pobre se torna acessível, principalmente, as profissões que exigem menor formação regular, de caráter técnico, ou ainda, as de baixo prestígio social, como as licenciaturas. Estes estudantes costumam frequentar as IES privadas, que no Brasil têm processos seletivos menos concorridos e oferecem condições de permanência, por meio do

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), ou mais recentemente pelo Programa Universidade para Todos (ProUni).

Esta relação entre renda e escolaridade foi estudada por Salvato, Ferreira e Duarte (2010), porém, no que concerne ao reflexo da escolaridade da população na distribuição de renda do trabalho de Estados/regiões do Brasil. Eles constataram que o diferencial de renda é explicado pelo diferencial de escolaridade. Assim, as regiões mais pobres do país, também, são as que possuem menor escolaridade por habitante. Este resultado é melhor contextualizado quando se verifica que metade das IES (48,6%) se localizavam na região Sudeste, enquanto apenas 18,4% no Nordeste do país (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2014). Segundo estas pesquisas, é compreensível que nos Estados do Nordeste a renda do trabalho seja inferior a recebida pelos trabalhadores do Sudeste, pois as pessoas têm menor acesso à educação e uma vez que possuem menos estudo recebem salários mais baixos do que quem tem um diploma acadêmico.

Esses dados reforçam a ideia de que a educação influencia, significativamente, na realidade individual e coletiva. Essa transformação envolve a dimensão econômica, de possibilitar a indivíduos comuns maiores condições de consumo e de melhoria na qualidade de vida, mas também e, talvez principalmente, mudança na dimensão humana, pois pode provocar uma maior consciência de sua condição como sujeito social.

No final do século XX, os sistemas educacionais passaram a ser criticados pela formação do trabalhador, considerado despreparado para as necessidades contemporâneas. Isto se deve à concepção *taylorista/fordista* de trabalhador que passou a evidenciar suas limitações à medida que suas respostas às contingências atuais não estavam sendo adequadas. Assim, passou-se a buscar um operário com competências que atendessem melhor a um mundo dinâmico, interconectado e instável. As políticas oficiais para a educação foram, então, reformuladas, buscando contemplar as novas exigências do mercado de trabalho. O que foi feito, por meio das orientações de órgãos internacionais como o Banco Mundial (BM), a Organização Mundial de Comércio (OMC), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico* (OCDE) (DALE, 2004; LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2008).

O movimento de reforma da educação superior espalhou-se por muitos países, como, por exemplo, Dinamarca (KREJSLER; CARNEY, 2009), Rússia (POPELOV; KAL'NEI; OLEINIK, 2011), Chile (LARRONDO, 2007) e Argentina (BORGES, 2010).

No Brasil, *a reformulação da política educacional ocorreu a partir da década de 1990, por meio de um conjunto de leis, decretos e medidas provisórias. Este conjunto de ações pode ser agrupado em quatro nucleações básicas, que são:*

- 1) o fortalecimento do empresariamento da educação superior; 2) a implementação das parcerias público-privadas na educação superior; 3) a operacionalização dos contratos de gestão, eixos condutores da reforma neoliberal do Estado brasileiro, e 4) a garantia da coesão social em torno das reformas estruturais realizadas pelos governos Cardoso e Lula da Silva (LIMA, 2011, p. 90).

Essa configuração colocou para a educação superior a competitividade típica da orientação de mercado (LOCK; LORENZ, 2007), o que refletiu sobre a gestão universitária e a relação com a sociedade, bem como contribuiu para a precarização das Instituições de Ensino Federais (IEFs) e a mercantilização da educação.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Diaz e Machado (2008) “acenderam um sinal vermelho” para a expansão da educação superior no Brasil com uma pesquisa que buscou verificar a incidência da sobreeducação e da subeducação no Brasil. Pelos resultados apontou-se que no país apenas 28,8% dos trabalhadores estão adequados, ou seja, possuem exatamente a escolaridade requerida pela atividade desempenhada; 53% são considerados subeducados, pois possuem menos escolaridade que a requerida pela ocupação; e, 17,3% dos trabalhadores são sobreeducados, condição na qual desempenham atividades que não exigem a escolaridade que possuem. Estas taxas evidenciam a existência de um desajuste entre requisitos educacionais dos empregos e a escolaridade dos trabalhadores no Brasil, dados interpretados pelos autores da pesquisa como uma consequência da expansão da educação superior, que tem ocorrido de modo questionável em termos de qualidade do ensino e alinhamento com as demandas sociais.

A educação superior em Administração no Brasil tem correspondido aos incentivos governamentais e crescido significativamente em número de matrículas, sendo o setor privado o responsável por muitas das vagas ofertadas. A grande disponibilidade de vagas em cursos em horário integral, noturno ou realizados a distância tem possibilitado que muitas pessoas deem continuidade em seus estudos e o setor privado tem contribuído para isto com a oferta de vagas regulares para estudo.

Por outro lado, é interessante conhecer os motivos que tem levado as pessoas a buscarem os cursos de Administração e como as racionalidades instrumental e substantiva orientam esta decisão. Este tipo de reflexão conduz a compreensão das fundamentações de tais ações e os reflexos disso para a vida acadêmica do estudante e, posteriormente, para a carreira do egresso.

4. Racionalidades e Educação Superior

O diploma da educação superior tem sido associado a um “passaporte” para condições melhores de trabalho, seja devido a ampliação de oportunidades profissionais, por salários melhores ou, ainda, pela expectativa de ascender hierarquicamente no atual emprego. Este tipo de expectativa tem levado as pessoas a realizarem cursos de nível superior, o que tem sido favorecido pela ampliação das vagas tanto na rede pública com na privada, além da intensificação da modalidade de educação a distância.

Como esclarece Chanlat (1995, p.69), nas sociedades pré-capitalista o reconhecimento e a mobilidade social eram difíceis de serem alcançados, pois as pessoas se dedicavam a funções relacionadas a sua origem social e tradição familiar. A sociedade capitalista, no entanto, encoraja a promoção social, pois esta fundada nas “idéias de igualdade, liberdade de êxito individual e progresso econômico e social”. Dentro desta perspectiva, buscar um diploma da educação superior se torna um imperativo na tentativa individual de melhoraras condições econômica e materiais, como também de obter reconhecimento social.

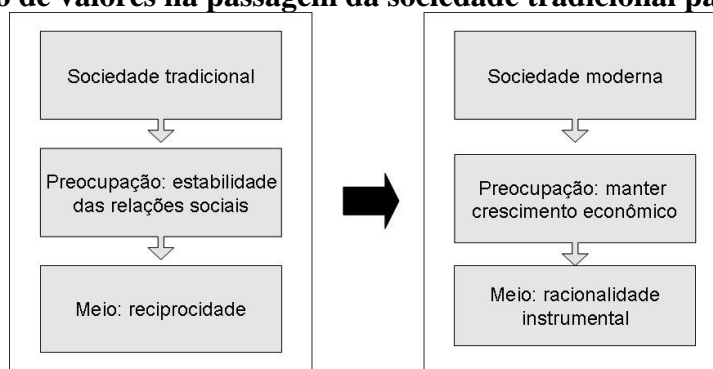
Neste contexto, torna-se importante reconhecer que o capitalismo transformou definitivamente as relações trabalhistas, sociais e comerciais e que estas passaram a ser influenciadas pelo materialismo e o racionalismo, além do individualismo. O materialismo é expresso nas possibilidades de consumo e no desejo de acumulação de riquezas. O racionalismo é definido pela ação social voltada aos fins (WEBER, 2009a). E o individualismo é representado pela propriedade privada e pelo afastamento do indivíduo de seu grupo e do Estado.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Observa-se, então, que da passagem das sociedades tradicionais para a sociedade moderna, houve uma mudança de valores com relação ao modo em que as relações econômicas se colocam para às relações sociais (POLANYI, 1980). A figura 1 aborda esta situação, evidenciando a passagem da reciprocidade característica das relações sociais para a racionalidade instrumental típica dos interesses econômicos.

Figura 1 Inversão de valores na passagem da sociedade tradicional para a moderna



Fonte: Lourenço, Tonelli e Mafra (2010, p. 177).

O plano ideológico, que de forma subjetiva, introduz valores e influencia as formas de pensar e agir das pessoas, reconhecidamente é o *ethos* capitalista. Em seu âmbito ideológico estão as premissas de valorização da propriedade privada; das possibilidades de consumo e da acumulação de riquezas, e da ponderação lógica entre os meios e suas consequências secundárias.

A disseminação do *ethos* capitalista se deve a atuação das organizações de modo geral, que assumem, no contexto de uma sociedade de mercado, o papel de aparelhos ideológicos. Por meio dela transmite-se a ideia de que esta forma de pensar e agir é natural e que não existe outro modo de garantir o desenvolvimento econômico dos países e, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida das pessoas (MOTTA, 1979; TRAGTENBERG, 2006). Isso acontece, de tal modo, que as pessoas vão considerando natural buscarem, sempre e mais, terem propriedades privadas, aumentarem suas possibilidades de consumo e de acumularem riquezas. Estes objetivos são alcançados por meio de análises lógicas e racionais, chamadas por WEBER (2009b) de ações sociais voltadas aos fins e, posteriormente, por Ramos (1989), de racionalidade instrumental (Quadro 1).

Quadro 1 – Racionalidade instrumental e substantiva

Racionalidade	Instrumental	Substantiva
Conceito	ação social que tem como interesse principal atingir fins específicos	ação social orientada por valores e por convicções pessoais
Ação	trata de assuntos de ordem prática e objetiva	relaciona-se à transcendência e estimula o sujeito ao encontro da autorrealização

Fonte: Baseado em SERVA (1997)

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Neste contexto, a decisão de buscar uma formação na educação superior é fortemente induzida pelo *ethos* capitalista e conseqüentemente pela racionalidade instrumental. Ao observar o mundo após os anos 2000 percebe-se como esta influência é marcante, pois, nesta época, as organizações passaram a se estabelecer em rede, o ambiente de negócios ficou mais dinâmico e o empreendedorismo se tornou um fenômeno de massa. Passou-se a estimular cada vez mais que o trabalhador fosse dono da própria carreira, se arriscando a buscar novas formas de trabalho, pois não existe mais as garantias de estabilidade no emprego (MARTIN; BUTLER, 2000; SÁ, 2011). Desta forma, o trabalhador é instigado a buscar mais qualificação, mais cursos, mais formação, a fim de estar preparado para o mercado de trabalho, neste contexto, a posse de um diploma da educação superior se torna essencial para quem busca uma carreira profissional.

Entretanto, a ação social se orienta, também, por premissas subjetivas, ligadas ao dever, à dignidade, à beleza, às diretivas religiosas ou a importância conferida a uma causa qualquer. Este tipo de orientação caracteriza o que Ramos (1989) chamou de racionalidade substantiva e corresponde a raciocínios lógicos fundamentados em julgamentos que independem dos objetivos finais e tem um compromisso maior com a autorealização.

Autores como Ramos (1989), Bolan (1999), Wilson (2004) e Gibson (2011) esclarecem que, apesar da distinção entre instrumental e substantivo, a essência humana encontra-se em atos, substancialmente racionais. Isto significa dizer que o pensamento lógico que provoca a ação se sustenta em suas referências instrumentais e substantivas, simultaneamente. É elementar ao ser humano o pensamento prático e objetivo que se fundamenta no cálculo, ou melhor, nas projeções utilitaristas dos atos humanos. Do mesmo modo, é-lhe intrínseca a necessidade de transcender e se sentir autorrealizado, o que em outras palavras significa dizer que é próprio do ser humano valorizar a satisfação decorrente do desenvolvimento de seu potencial inato.

Sendo assim, a decisão por fazer um curso superior se sustenta também nas crenças subjetivas de cada pessoa, relacionada ao anseio por aprender, de desenvolver suas competências e de se relacionar. Além disso, a pessoa que tem a possibilidade de realizar o curso que deseja, que percebe que se identifica com as temáticas abordadas ou com a área profissional em que está estudando vivencia a satisfação de realizar algo significativo em sua vidas.

O problema que parece permear a vida contemporânea é a instrumentalização de certos valores, ou seja, a subordinação da ética, da estética e das emoções aos interesses econômicos. Esta postura leva ao que Chanlat (1999) chama de apropriação interesseira de aspectos ligados à subjetividade humana, ou seja, a satisfação, os valores, os desejos, as motivações do trabalhador são explorados de forma a se reverterem em resultados econômicos e materiais, negligenciando os desejos mais íntimos das pessoas.

Com conseqüências pode-se ter estudantes desinteressados e descomprometidos com os estudos ou ainda, expectativas que não serão atingidas, pois quando se orienta por idealizações de resultados econômicos, matérias e de prestígio social aumenta-se as possibilidades de viver frustrações.

5. Procedimentos Metodológicos

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Para este trabalho realizou-se uma pesquisa qualitativa, cuja estratégia utilizada foi o grupo focal. Os sujeitos da pesquisa foram egressos dos cursos de bacharelado em Administração de cinco IES privadas das cidades mineiras de Alfenas, Campo Belo, Lavras, Perdões e Varginha. As IES foram denominadas no texto pelas letras alfabéticas A, B, C, D, E.

Optou-se pelos egressos como sujeitos de pesquisa por considerá-los importantes quando se trata da temática da educação em administração, pois eles possuem uma visão única da formação acadêmica e do mercado de trabalho. Além disso, autores como Barros e Paiva (2013), Brandalise et al. (2013) e Damásio et al. (2013) estudaram os egressos, porém, são poucas as pesquisas com estes sujeitos.

Participaram da pesquisa 25 egressos distribuídos da seguinte forma: 5 de A; 7 de B; 4 de C; 5 de D e 4 de E. Os egressos estão identificados no texto por códigos, formados pela letra correspondente a IES a qual pertencem e numerados conforme a quantidade de participantes do grupo focal. Por exemplo, os egressos do grupo focal da IES “A” serão destacados no estudo como A1, A2, A3, A4 e A5, e da mesma forma acontece com os demais.

O grupo focal foi a estratégia de pesquisa escolhida para este estudo. Estes é um método de origem na sociologia que se caracteriza como um tipo de entrevista em profundidade realizada em grupo. As interações entre os sujeitos constituem a principal característica deste método, pois em reuniões com dia e horário agendados, previamente, os sujeitos debatem temas específicos, tendo o pesquisador como mediador da interação (GODOI et al., 2006).

A qualidade dos dados está relacionada com a escolha dos sujeitos de pesquisa e com a condução do método (BARBOUR, 2009). Os sujeitos devem possuir características comuns, pertinentes aos objetivos da pesquisa. Por isso, neste trabalho, foram convidados egressos do ensino privado de Administração do sul de Minas Gerais. A característica homogeneizadora de cada grupo foi o fato de terem se formado na mesma IES, mesmo que em anos diferentes.

Os grupos focais aconteceram entre os meses de agosto a novembro de 2013, tendo duração média de 74 minutos. Os encontros foram conduzidos pela pesquisadora, que contou com uma equipe de apoio que ficou responsável por ajudar na organização do espaço físico e pela filmagem das seções.

A técnica adotada na análise dos dados foi a análise de conteúdo, que, como sugerem Silva e Assis (2010) e Schröder e Klering (2009) é um método adequado para dados provenientes de grupo focal. Em consonância com os objetivos da pesquisa e mediante as possibilidades de análise conferidas pela análise de conteúdo, optou-se por buscar compreender as similaridades entre as experiências e os pontos de vista dos egressos de diferentes IES e, por isso, não se realizou uma análise individualizada por grupo. Na seção seguinte, será explicada como a análise de conteúdo foi realizada.

6. Análise dos Resultados

Compreender as racionalidades envolvidas na forma de pensar e agir das pessoas não é algo simples, pois os fundamentos que instigam a ação são complexos e sutis. Entretanto, um olhar mais atento às falas dos egressos evidencia elementos que fazem referência à racionalidade substantiva e à instrumental envolvidas nas suas ações.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

As ações sociais são influenciadas, normalmente, por duas referências que se complementam, “por um lado há as intenções, os desejos, os impulsos do momento e, por outro lado, existem as alternativas externas ao indivíduo, que são consideradas por ele como válidas” (RAMOS, 1983, p. 38). Em outras palavras, pode-se dizer que se trata da dialética entre subjetividade e objetividade que dá contornos à ação humana. Considerar a existência destas perspectivas nas ações dos egressos foi o ponto de partida para esta análise.

6.1 A Racionalidade Substantiva nas Ações dos Egressos

No espaço da subjetividade, as crenças e valores tomam forma para dar identidade ao ser humano e é nesta esfera que surgem as ações sociais oriundas da racionalidade substantiva (RAMOS, 1989). No tocante a esta racionalidade tem-se a autorrealização como uma de suas premissas elementares, pois possibilita ao indivíduo ir além das determinações sociais por meio do desenvolvimento de seu potencial (SERVA, 1997).

Em 11 ocasiões nos grupos focais foram feitas referências à valorização da autorrealização nas ações dos egressos, cuja correspondência foi: a) a efetivação de um desejo; e, b) o desenvolvimento intelectual. No caso de D2 o curso de Administração foi algo muito desejado e ele fala sobre isso nos seguintes termos: “desde pequeno eu tinha vontade, [...] eu tinha esse foco, Administração, Administração, tinha vontade de fazer antes e apenas dei andamento [a esse sonho]”. Para A2, porém, a autorrealização encontra-se em perceber o seu desenvolvimento intelectual, e isto é compreendido em suas palavras quando ele diz: “a cabeça da gente abre, a gente sai de um mundinho desse tamanho pra você conhecer muitas coisas. Você não vai conhecer tudo, lógico, mas aquilo ali te dá forças pra você continuar a buscar o que você quer, buscar mais conhecimento”.

A racionalidade substantiva, representada por meio da autorrealização presente nos relatos dos egressos, corresponde à liberdade de escolha que tiveram, como também à possibilidade de desenvolverem suas potencialidades pessoais. Estes são elementos importantes na construção da autonomia individual (SERVA, 1997), pois, quando se sente seguro e confiante, as condições para agir e se expressar abertamente melhoram e o indivíduo tende a se tornar mais consciente e envolvido com o curso.

Ressalta-se que, para eles, as características marcantes do curso de Administração, que o distinguiu dos demais, foi a formação generalista, que amplia o leque de oportunidades de trabalho. A5, por exemplo, relata que a amplitude do campo de atuação foi um fator importante na sua escolha: “desde pequeno eu sempre optei por fazer administração, [...] [porque] você tem uma grande variedade, um leque muito grande de áreas pra trabalhar, [...] por isso escolhi Administração”.

Estas considerações demonstram como a racionalidade substantiva relaciona-se com o tempo e o espaço em que o ser humano vive. De modo que uma sociedade na qual o *ethos* capitalista se impõe fortemente sobre a subjetividade humana, a autorrealização condiz com os valores presentes neste contexto. Isto significa que as convicções pessoais refletem o que é importante para a sociedade em que se vive e, para os egressos, o emprego surge como um elemento de autorrealização.

A racionalidade substantiva se caracteriza, então, pela importância conferida à autonomia na decisão tomada, independente das dificuldades que se pode enfrentar para alcançar o objetivo final. Desta forma, ao reconhecer que o curso de Administração é o que

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

realmente queriam cursar e que, ao final, houve crescimento intelectual, o egresso experimenta a satisfação de estar bem consigo mesmo.

As orientações substantivas, no entanto, são complementadas pela necessidade cotidiana das pessoas de se posicionarem de modo prático e objetivo com relação as suas ações. A análise utilitária das variáveis envolvidas caracteriza a racionalidade instrumental (RAMOS, 1989), e é sobre a relação estabelecida pelos egressos entre esta racionalidade e a educação que se segue discutindo.

6.2 A Racionalidade Instrumental nas Ações dos Egressos

Em 15 ocasiões foi possível perceber que o cálculo utilitário esteve presente nas decisões dos egressos sobre o curso superior, como no caso de A4, que diz: “pensei em fazer direito, [mas] meu pai e minha mãe já têm uma contabilidade, aí falei: - eu posso tentar ampliar a visão com administração”. Do mesmo modo aconteceu com B3, que relata: “fiquei cinco anos tentando uma área que não era da Administração, era da saúde, daí eu vi que não dava mesmo. [e], pra eu ficar em Campo Belo, [...] pensei assim, vou escolher um curso que eu possa aplicar na empresa [que estou trabalhando]”.

Estas ponderações levaram em consideração: a) a facilidade de acesso à IES; e, b) as possibilidades de crescimento profissional.

Em se tratando da facilidade de acesso, os egressos se referem às questões econômicas e geográficas, pois as mensalidades de valores acessíveis e a oferta de cursos noturnos na cidade de origem ou em suas proximidades, tornaram a Administração uma opção considerável. Isto pode ser observado nas palavras de E4, quando ela diz que: “na época, doida para fazer faculdade, tinha um ônibus que levava para Varginha e tinha a [IES E], que oferecia bolsa de estudo, então, foi meio que a condição financeira que forçou”. A explicação dada por B4 complementa o entendimento desta questão: “eu fiz por facilidade de acesso, confesso que eu, ainda, não sabia direito o que era o curso de Administração, mas, por ter a faculdade na própria cidade, né? Ter o curso, então, eu resolvi fazer”.

As possibilidades de crescimento profissional, por outro lado, referem-se aos interesses de assumir novas atribuições na empresa onde trabalham, mas, também a possibilidade de realizar concursos públicos. Este foi o caso de C2: “eu escolhi administração por causa do meu trabalho, [...] vi uma oportunidade de crescer dentro da empresa onde eu tava, [...] foi também por causa de concurso, [...] então, foi mais por essas duas coisas”.

Assim, o cálculo, ou melhor, a racionalidade instrumental, evidenciou a maior ou menor possibilidade de alcançarem o fim esperado. Neste caso, os egressos estão buscando: a) um emprego formal; b) uma remuneração superior à paga ao trabalhador sem curso superior; e, c) o aumento da autoridade exercida na organização.

Esta é uma forma de pensar coerentemente com as lógicas de mercado que vigoram nos tempos atuais. Ressalta-se aí a importância do trabalho, do retorno financeiro e do poder para o indivíduo se sentir “bem sucedido” em termos profissionais, com relação a sua imagem social e ao nível de consumo que possui (SÁ, 2011).

A influência do *ethos* capitalista aparece como uma força modeladora da subjetividade, tornando o indivíduo mais ajustado à sociedade em que vive (CHANLAT, 1999). Neste contexto, os egressos reprimem, ou melhor, condicionam o que é próprio ao seu ser, como

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

seus valores, desejos e receios. E, sem perceber, eles subjagam sua autonomia e passam apenas a responder às expectativas sociais.

6.3 A Racionalidade Instrumental e Substantiva dos Egressos de Administração

A escolha do curso superior, normalmente, é um momento delicado na vida de jovens com idade em torno dos 18 anos, que, ao terminarem o ensino médio, são envolvidos em cobranças e expectativas pessoais e sociais. Após esta fase, ao longo da vida profissional, as circunstâncias são outras, e busca-se a educação superior a fim de atingir objetivos profissionais e de autorrealização.

O desejo de dar continuidade aos estudos, fazendo uma graduação, foi despertado nos egressos em momentos de vida diferentes, porém, o que ficou evidente nos grupos focais é que foi a combinação de premissas instrumentais e substantivas que os levou a efetivarem sua intenção de seguirem os estudos (Quadro 2).

Quadro 1 Categorias de análise da racionalidade

Racionalidade	Categorias	Frequência
Substantiva	Autorrealização	11 citações
Instrumental	Cálculo	15 citações

Fonte: Dados da pesquisa

A escolha pelo curso de Administração envolveu questões relacionadas ao perfil individual, às preferências e ao estilo de vida, como também a análise de fatores objetivos, como a proximidade das IES a oferta de cursos noturnos com valores de mensalidade considerados acessíveis. A diferença entre racionalidade substantiva e instrumental é pequena em termos de frequência, porém é importante considerar os reflexos da influência econômica na decisão dos egressos.

A sobreposição da racionalidade instrumental sobre a substantiva ocorre quando o curso de Administração é uma escolha calculada em uma equação que pondera as possibilidades de ganhos futuros com relação aos gastos atuais. Este olhar pode ser coerente, em termos de planejamento orçamentário, porém, tende a reduzir a dimensão econômica de outros fatores que, em contornos ideais, deveriam ser determinantes nesta decisão, como a afinidade com a carreira, o projeto de vida e os interesses intelectuais.

Este raciocínio não exclui análises substantivas, pois o interesse em aprender, o desejo de trabalhar, a determinação de buscar algo que foi idealizado, a disposição em dialogar e refletir sobre novas informações permanece, porém, o peso dos interesses instrumentais nesta decisão pode se tornar opressora para o estudante. A fala de E1 é bem interessante, neste sentido:

Eu, para falar a verdade, eu não sei até hoje porque eu quis fazer Administração. Nunca gostei viu. Nunca assim, acho que não era aquilo que eu queria, porque eu mexo com comida, trabalho na padaria. Acho que por falta de opção, acho que por muita pressão, sabe? Lá em casa, minha mãe tinha vontade de ter alguém formado. Assim, eu até gostei enquanto durou. Quando eu tava lá, tava muito bom, mas depois, acho que até por causa disso que eu nunca trabalhei na área de Administração. [E] eu até tentei. Falar que eu não tentei, eu tentei. Fui para BH, fui para Campinas, fui para

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Indaiatuba, Varginha, tentei demais. Ai cabô que o dono [da padaria] me chamou pra voltar e [eu] voltei.

A cobrança com relação ao diploma da educação superior decorre de uma ideia comum de que, por meio dele, é mais promissora a tentativa de se inserir na sociedade contemporânea (MOTTA, 1979; RAMOS, 1989). Atribui-se assim, à formação acadêmica a expectativa de possibilitar às pessoas não só condições de exercício profissional e, conseqüentemente, ganhos financeiros, mas ainda de pertencimento de grupos e de prestígio social.

Esta compreensão supervaloriza a empregabilidade e a rentabilidade e subjuga o desenvolvimento humano e político na formação dos estudantes. O que é preocupante é que as IES, como parte integrante de um vasto contexto social, tendem a reproduzir estes valores (MOTTA, 1979; TRAGTENBERG, 2006), o que compromete a qualidade na educação.

Desta forma, a educação tem assumido a condição de serviço comercial, e as IES passam a estimular a demanda por meio de campanhas publicitárias e estratégias mercadológicas que prometem diplomas rápidos a um baixo investimento financeiro. Neste “negócio”, as IES não prometem ou não se comprometem com a qualidade dos cursos por elas oferecidos e, como clientes, os estudantes esperam ser atendidos com servilidade. O foco de ambos é o diploma, visto como o recibo de um serviço adquirido e que deveria ser suficiente para garantir um bom emprego e um bom salário.

Na lógica de mercado, esta relação comercial se justifica, porém, quando os estudantes chegam ao mercado de trabalho, percebem que o diploma não é suficiente para melhorar a carreira. Assim, quando a educação é reduzida aos parâmetros de mercado, as conseqüências tendem a ser desastrosas para estudantes, professores e para a sociedade. Dessa forma, perde-se em desenvolvimento profissional e humano, bem como se estabelecem relações complicadas para o trabalho docente.

7. Considerações Finais

Este estudo foi motivado pelo interesse em conhecer o que tem orientado as escolhas pelo curso de Administração a ponto de torná-lo um dos mais procurados por quem deseja dar continuidade aos seus estudos na educação superior. Isto foi analisado a partir das percepções de egressos sobre a sua escolha acadêmica, opção que leva em conta que estes são sujeitos de pesquisa pouco contemplados nos trabalhos da área de Ensino e Pesquisa em Administração. Além disso, considerou-se a expressividade que as IES privadas possuem na educação superior brasileira e mineira na oferta de cursos de Administração.

Reconhece-se, também, que a educação superior no Brasil está vivendo um momento distinto na sua história, deixando para trás um longo período de ausência de investimentos. As políticas de expansão têm criado novas condições de acesso, levando investimentos às IES federais e financiado o estudo em IES particulares.

Apesar dos ganhos sociais que estas ações têm possibilitado, é preciso refletir sobre a forma como este processo tem sido promovido. O fato é que o acesso à educação superior se tornou mais próximo das distintas camadas sociais, porém surgem dúvidas com relação a como tem sido estimulada a formação de estudantes.

Desta forma, considerou-se importante compreender como a racionalidade é contemplada nas percepções dos egressos sobre a educação superior, o que foi analisado

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

tendo-se como referência o conceito de racionalidade de Ramos (1989). Pelos dados mostrou-se que tanto a racionalidade substantiva como a instrumental permearam as considerações dos egressos quanto à decisão por uma formação em Administração. A racionalidade substantiva foi demarcada pela importância atribuída por eles à autorrealização e à instrumental pela presença do cálculo utilitário nas ponderações sobre o curso. Entretanto, observou-se que houve uma supervalorização das questões instrumentais e isso refletiu de modo conturbado sobre os egressos, gerando insatisfações com o curso e frustrações com a profissão.

O egresso é, antes de qualquer outra coisa, um representante do seu tempo e isso significa que ele traz inerente, em sua forma de pensar e agir, os valores e as crenças que caracterizam a contemporaneidade. Do mesmo modo, é preciso considerar que a educação superior privada de Administração reflete, também, a intrincada realidade social, econômica e política deste país. Ou seja, o *ethos* capitalista que influenciou as decisões dos egressos com relação ao curso, também, está presente na mercantilização de uma educação que equaciona baixo investimento com valores de mensalidade, na busca por um lucro por estudante.

Acredita-se que este estudo tem contribuições teóricas a medida que relaciona conceitos como racionalidades às discussões sobre educação. Além disso, as evidências empíricas podem ajudar na ampliação dos conceitos abordados e integrar o debate nacional sobre os cursos de Administração, pois traz dados e análises importantes para a compreensão do atual contexto. Sugere-se para futuros que estudos voltem-se para o contexto que envolve a educação públicas.

8. Referências

ALCADIPANI, R. Academia e a fábrica de sardinhas. **O&S, Salvador/BA**, v. 18, n. 57, Abr./Jun., p. 345–348, 2011.

BARBOUR, R. **Grupos Focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARROS, L. E. V.; PAIVA, K. C. M. DE. Impactos de Vivências Acadêmicas nas Competências Profissionais: Percepções de Egressos de um Curso de Mestrado em Administração. **Teoria e Prática em Administração**, v. 3, n. 1, p. 96–120, 2013. João Pessoa - PB.

BOLAN, R. S. Rationality revisited: An alternative perspective on reason in management and planning. **Journal of Management History**, v. 5, n. 2, p. 68–86, 1999.

BORGES, C. J. P. La incorporación del abordaje por competencias en las reformas educativas a partir de la década de los noventa en Brasil y Argentina: una perspectiva comparada. In: N. F. Lamarra (Ed.); **Revista Latinoamericana de Educación Comparada (RELEC)**. 1st ed., p.18–32, 2010. Caba/Argentina: SECE.

BRANDALISE, L. T.; ROJO, C. A.; KASPER, D.; SOUZA, A. F. DE. O Papel Social da Universidade no Preparo Profissional: uma Pesquisa Junto aos Egressos de Administração da UNIOESTE - Cascavel. **Revista GUAL, Florianópolis/SC**, v. 6, n. 1, jan., p. 176–196, 2013.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

CHANLAT, J. **Ciências Sociais e Management: reconciliando o econômico e o social**. São Paulo: Atlas, 1999.

CHANLAT, J.-F. QUAIS CARREIRAS E PARA QUAL SOCIEDADE? (I). **Revista de Administração de Empresas - RAE**, v. 35, n. 6, p. 67–75, 1995. São Paulo - SP.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? **Educação & Sociedade, Campinas**, v. 25, n. 87, p. 423–460, 2004.

DAMÁSIO, A.; NEZ, J. DE; BUSSOLO, R.; SILVA, R. DA; BERTI, V. M. A. O ensino no curso de administração na perspectiva do aluno egresso. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia - REID**, , n. jan./jul., p. 126–, 2013. Jaén - España.

DIAS SOBRINHO, J. Políticas y conceptos de calidad: dilemas y retos. **Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP**, v. 17, n. 3, p. 601–618, 2012.

DIAZ, M. D. M.; MACHADO, L. Overeducation e Undereducation no Brasil : Incidência e Retornos. **Estudos Econômicos, São Paulo**, v. 38, n. 3, p. 431–460, 2008.

GIBSON, H. Management, skills and creativity: the purpose and value of instrumental reasoning in education discourse. **Oxford Review of Education**, v. 37, n. 6, p. 699–716, 2011. Oxford, UK.

GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 1st ed. São Paulo/SP: Saraiva, 2006.

GOERGEN, P. Da formação ao ensino: um ponto cego nas políticas de pós-graduação. **Avaliação**, v. 18, n. 1, p. 45–68, 2013. Campinas; Sorocaba, SP.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2013**. Brasília, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2012: RESUMO TÉCNICO**. Brasília, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior - Graduação**. Brasília/DF, 2012a.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **ENADE 2012: Relatório síntese**. Brasília/DF, 2012b.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Condeito Preliminar de Curso - CPC**. Brasília/DF, 2012c.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2011: RESUMO TÉCNICO.** Brasília/DF, 2013.

KREJSLER, J. B.; CARNEY, S. University Academics at a Crossroads? **European Education**, v. 41, n. 2, p. 75–92, 2009. Disponível em: <<http://mesharpe.metapress.com/openurl.asp?genre=article&id=doi:10.2753/EUE1056-4934410204>>. Acesso em: 30/5/2012.

LARRONDO, J. E. E. Chile: campo experimental para la reforma universitaria. **Perfiles Educativos**, v. XXIX, n. 116, p. 41–59, 2007.

LEMOS, A. H. DA C.; PINTO, M. C. S. Empregabilidade dos administradores : quais os perfis profissionais demandados pelas empresas ? **Cadernos EBAPE. BR**, v. 6, n. 4, dez., p. 1–15, 2008. Disponível em:

<http://app.ebape.fgv.br/cadernosebape/asp/dsp_texto_completo.asp?cd_pi=536272>. .

LIMA, K. R. DE S. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. **Revista Katálysis, Florianópolis**, v. 14, n. 1, jan./jun., p. 86–94, 2011.

LIMA, L. C.; AZEVEDO, M. L. N. DE; CATANI, A. M. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. **Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP**, v. 13, n. 1, mar., p. 7–36, 2008.

LOCK, G.; LORENZ, C. Revisiting the university front. **Studies in Philosophy and Education**, v. 26, n. 5, p. 405–418, 2007. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/index/10.1007/s11217-007-9052-4>>. Acesso em: 6/11/2012.

LOURENÇO, C. D. DA S.; TONELLI, D. F.; MAFRA, F. L. N. Reconciliação entre o econômico e o social: um desafio para o ensino de Administração. In: S. L. Amaral (Ed.); **Ensino e Pesquisa em Administração: propostas sobre a capacitação docente.** p.201, 2010. São Paulo: CAPES; Itu/SP: Ottoni.

MARTIN, G.; BUTLER, M. Comparing managerial careers, management development and management education in the UK and the USA: some theoretical and practical considerations. **International Journal of Training and Development**, v. 4, n. 3, sept., p. 196–207, 2000. Hoboken, U.S.A.

MARTINS, C. B. A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968 E A ABERTURA PARA O ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL. **Educação & Sociedade, Campinas**, v. 30, n. 106, jan./abr., p. 15–35, 2009.

MELO, P. S. L.; ARAÚJO, W. P. GRUPO FOCAL NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO. In: P. de P.-G. em E. PPGED (Ed.); IV Encontro de Pesquisa em Educação. **Anais...** . p.1–13, 2010. Teresina/PI: Universidade Federal do Piauí (UFPI). Disponível em: <www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/vi.encontro.2010/GT.3/GT_03_10_2010.pdf>

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

MOTTA, F. C. P. **Empresários e Hegemonia Política**. São Paulo/SP: Editora Brasiliense, 1979.

NICOLINI, A. Qual será o futuro das fábricas de administradores? **RAE - Revista de Administração, São Paulo**, v. 43, n. 2, ABR/MAIO/JUN, p. 44–54, 2003. São Paulo/SP.

NICOLINI, A. M.; ANDRADE, R. O. B. DE; TORRES, A. A. G. Comparando os resultados do ENADE 2009 por número de instituições e número de estudantes: como anda o desempenho acadêmico dos cursos de administração? **ADMINISTRAÇÃO: ENSINO E PESQUISA**, v. 14, n. 1, p. 161–196, 2013. Rio de Janeiro.

NUNES, E. Desafio estratégico da política pública: o ensino superior brasileiro. **RAP - Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro**, v. Edição Esp, p. 103–147, 2007.

OLIVEIRA, F. B. DE; SAUERBRONN, F. F. Trajetória, desafios e tendências no ensino superior de administração e administração pública no Brasil: uma breve contribuição. **RAP - Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro**, v. Edição Esp, p. 149–170, 2007.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

POSPELOV, A. S.; KAL'NEI, S. G.; OLEINIK, T. A. The Third-Generation Educational Standards: The View from the Higher Educational Institution. **Russian Education & Society**, v. 53, n. 4, abril, p. 3–22, 2011. Disponível em: <http://mesharpe.metapress.com/openurl.asp?genre=article&id=doi:10.2753/RES1060-9393530401>. Acesso em: 22/10/2011.

RAMOS, A. G. **Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração**. Rio de Janeiro/RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**. 2^o ed. Rio de Janeiro/RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

SÁ, M. **O homem de negócios contemporâneo**. Recife/PE: Editora Universitária da UFPE, 2011.

SALVATO, M. A.; FERREIRA, P. C. G.; DUARTE, A. J. M. O Impacto da Escolaridade Sobre a Distribuição de Renda. **Estudos Econômicos, São Paulo**, v. 40, n. 4, out./dez., p. 753–791, 2010.

SCHRÖEDER, S.; KLERING, L. R. On-line focus group: uma possibilidade para a pesquisa qualitativa em administração. **Cadernos EBAPE. BR, Rio de Janeiro/RJ**, v. 7, n. 2, artigo 7, jun, p. 333–348, 2009.

SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **RAE, São Paulo**, v. 37, n. 2, p. 18–30, 1997.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

SERVO, M. L. S.; ARAÚJO, P. O. Grupo Focal em Pesquisas Sociais. **REvista Espaço Acadêmico**, v. 12, n. 137, p. 7–15, 2012. Maringá-PR.

SILVA, F. L. E. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. **ESTUDOS AVANÇADOS**, v. 15, n. 42, p. 295–304, 2001. São Paulo/SP.

SILVA, J. R. DE S.; ASSIS, S. M. B. DE. GRUPO FOCAL E ANÁLISE DE CONTEÚDO COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA CLÍNICA-QUALITATIVA EM PESQUISAS NOS DISTÚRBIOS DO DESENVOLVIMENTO. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo**, v. 10, n. 1, p. 146–152, 2010.

SILVA, M. R. DA. Ensino de Administração: Um Estudo da Trajetória Curricular do Curso de Graduação. Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, 1. **Anais...** . p.1–11, 2007. Recife/PE: ANPAD.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e ideologia**. 2º ed. São Paulo/SP: Editora UNESP, 2006.
WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 1**. 4º ed. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, 2009.

WILSON, H. T. Use value and substantive rationality in the work of Marx and Weber. **Journal of Classical Sociology**, v. 4, n. 1, p. 5–30, 2004. Disponível em: <http://jcs.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/1468795X04040650>. Acesso em: 6/11/2012.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1988.